



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
31 de outubro
de 2018

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros **CAPA**

DATA 31 / 10 / 2018 PÁG. 1 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

FRANCISCO SILVA



Advogados protocolam, no Ministério Público do Estado, representação criminal contra estudante que fez postagens preconceituosas em suas redes sociais

ADVOGADOS PEDEM INVESTIGAÇÃO CONTRA UNIVERSITÁRIO QUE POSTOU MENSAGENS HOMOFÓBICAS E MACHISTAS

O Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVs) e o Coletivo de Assessoria Jurídica Popular e Feminista representaram na Ouvidoria do MPE-MA, pedido de investigação

da conduta do estudante da Ufma, Marcos Leite Silveira Júnior, no caso dos comentários homofóbicos e machistas postados por ele em sua rede social, na noite de domingo (28). PÁG. 1 [C2]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros **Caderno 2**
DATA **31 / 10 / 2018** PÁG. **1** () Gerada (X) Espontânea () Positiva () Negativa

Advogados pedem investigação contra universitário que postou mensagens homofóbicas e machistas

O estudante de Química Industrial da Ufma pode responder por incitação ao crime e apologia à tortura

As sanções no final de todo o processo podem culminar até com a prisão de Marcos Silveira Júnior

LUCIENE VIEIRA

O Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADVs) e o Coletivo de Assessoria Jurídica Popular e Feminista representaram na Ouvidoria do Ministério Público Estadual (MPE-MA), localizada na Avenida Carlos Cunha, pedido de investigação da conduta do estudante Marcos Leite Silveira Júnior, aluno do curso de Química Industrial da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no caso dos comentários homofóbicos e machistas postados por ele em sua rede social, na noite de domingo (28). Marcos Silveira Júnior pode ser investigado e responder judicialmente por incitação ao crime, apologia à tortura e injúria coletiva com conteúdo de violência de gênero.

De acordo com o coordenador regional do GADVs, o advogado Thiago Viana, por meio das mensagens, o universitário atacou pessoas LGBTs, as que são de esquerda, ou que não são de esquerda, mas que votaram no candidato à presidência do Brasil, que não era o de Silveira Júnior. "Apologia à tortura, quando Marcos Silveira fala que 'os esquerdistas vão para o Dops'. Fala, inclusive, citando o coronel Carlos Brilhante Ustra, que já foi reconhecido enquanto torturador, tanto pela Comissão Nacional da Verdade quanto pela Justiça", frisou Thiago Viana.

Ainda segundo Thiago Viana, o Grupo pediu que as apurações sejam feitas também pela Polícia Federal, do conteúdo misógeno, como determina a Lei Lola (4614/16), aprovada em dezembro de 2017, que atribui à PF a investigação de crimes de ódio contra as mulheres pela internet. Sobre o andamento do processo após a protocolação, o coordenador estadual do GADVs disse que quer marcar uma audiência com a ouvidora-geral do Ministério Público, a procuradora de Justiça Rita de Cássia Maia Baptista Moreira. "A intenção é pedir que ela encaminhe o quanto antes o documento para a Promotoria Criminal, que é quem deve abrir as investigações", concluiu Thiago Viana, ao complementar



Advogados protocolam, no Ministério Público do Estado, representação criminal contra estudante que fez postagens preconceituosas em suas redes sociais

que a Promotoria é quem determina se a Polícia Civil vai cuidar do caso e faça o relatório. Pela repercussão e pelas atuações no caso, conforme Thiago, nos próximos 90 dias o processo já deve ter algum sentido, no qual, pelo menos, Marcos Silveira Júnior já poderá ter sido denunciado. As sanções no final de todo o processo, de acordo com o coordenador estadual do GADVs, podem culminar com a prisão de Silveira Júnior. "Somando as duas penas, referente às duas acusações, é possível sim que ele possa vir a ser preso", declarou Thiago Viana, ao complementar que, além das representações criminais, o universitário pode responder uma ação civil pública por danos difusos à população LGBTs. Durante a entrega da peça jurídica no protocolo do Ministério Público, a advogada Renata Cordeiro, que coordena o Coletivo de Assessoria Jurídica Popular e Feminista, afirmou que a injúria praticada pelo estudante do curso de Química Industrial, no Facebook, é de conotação de gênero. O Coletivo de Assessoria Jurídica Popular e Feminista é um grupo formado há dois meses, no período da campanha eleitoral, e

nele participam 15 mulheres advogadas, bacharéis e estudantes de Direito. Renata Cordeiro disse que o grupo, com base no Marco Civil da Internet, oficialmente chamado de Lei Nº 12.965/14 e aprovado em 2015, splicitou a quebra de sigilo do Facebook do universitário. "Ele apagou os links das postagens. Temos os prints, mas, por uma questão de resguardo da informação, e do processamento também, estamos solicitando essa quebra de sigilo nos termos do Marco Civil da Internet", informou a advogada.

ENTENDA O CASO

As publicações do estudante da Ufma teriam sido feitas na noite de domingo (28), logo após ter sido divulgado o resultado das eleições, que apontou a vitória do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Nas mensagens escritas em sua rede social, Marcos Silveira Júnior cita "çaça aos viadinhos", "atirar na cabeça", além de exaltar Carlos Alberto Brilhante Ustra, o brasileiro declarado pela Justiça torturador durante o período da ditadura militar. As postagens repercutiram na madrugada e manhã de segunda-feira (29). Em menos de 24 horas, o

estudante apagou as mensagens, pediu desculpas e disse estar profundamente arrependido. "Primeiramente gostaria de me dirigir a toda a comunidade GLBTq+ feministas e pedir minhas mais sinceras desculpas por minhas declarações infelizes, fora do contexto e impensadas. Estou profundamente arrependido", publicou Marcos Silveira Júnior na sua página no Facebook. À imprensa, Marcos disse que tudo não passou de uma brincadeira, que tomou grandes proporções. Ele ainda pediu desculpas a toda comunidade acadêmica, pois seria professor no interior do estado.

O coordenador do curso de Química Industrial, professor Arão Pereira da Costa Filho, ainda na segunda-feira emitiu uma nota de repúdio em nome de alunos do curso e também pede ações contra Marcos Silveira, por parte da Universidade. A nota diz que declarações de cunho racista, homofóbico e machista têm sido presenciadas por alunos da Ufma e causando constrangimento, repulsa e medo.

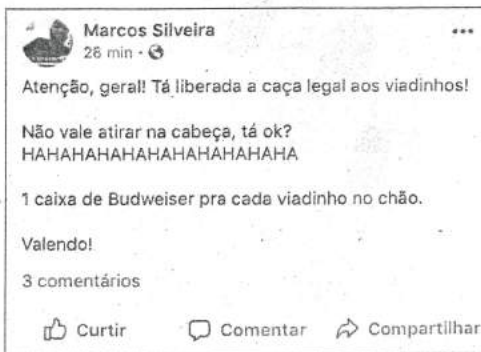
NOTA DA UFMA

A Ufma informou que já tem conhecimento da nota dos alunos do curso de Química Industrial e garantiu que promoverá a apuração rigorosa dos fatos, considerando a gravidade das declarações. "A Ufma reforça sua incondicional defesa da democracia, acolhendo e respeitando os diferentes pontos de vista, mas se posicionando em colisão frontal com a agressão, seja ela física, ou

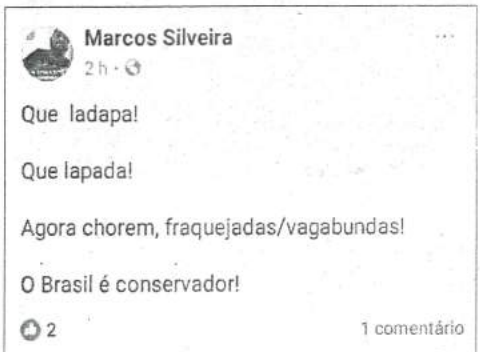
simbólica, verbal ou não verbal", diz a nota da universidade, que continua: "Pela premente necessidade de um país melhor e mais habitável, a Ufma reitera seu repúdio, contudentemente, às postagens que fomentem o ódio, o solapamento do outro e o desrespeito aos diferentes segmentos sociais". Thiago Viana informou que a Ufma estaria tomando providências administrativas, já que o universitário desrespeitou o código de conduta dos alunos da instituição. Porém, o coordenador estadual do GADVs acredita que o autor das postagens não será julgado, mas, pelo menos, deve receber uma suspensão.

OBSERVATÓRIO DA INTOLERÂNCIA

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, Rafael Silva, disse que o caso já chegou ao Observatório da Intolerância Política, que é um canal para denúncias de diversos tipos de violência, como casos de intolerância e radicalismos. O total de 32 casos foi registrado no Observatório da Intolerância Política - Maranhão 2018, durante o plantão das eleições. As atividades do núcleo, formado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Defensorias Públicas do Estado e da União, serão encerradas hoje (31). As denúncias que envolvem ofensa verbal ou ameaça veiculadas nas redes sociais lideraram o ranking dos registros.



Nas postagens, Marcos Silveira Júnior sugeria ataques aos homossexuais e desrespeitava as mulheres





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política	() Cidades / Vida	() Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros <i>Informe JP</i>
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	3	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva () Negativa

Ódio e intolerância

O Ministério Público do Estado recebeu ontem representantes de grupos de defesa dos Direitos Humanos, que protocolaram representação criminal contra o estudante de Química Industrial da Ufma Marcos Silveira.

Ele fez postagens no Facebook, com mensagens de intolerância e de ódio contra homossexuais, mulheres e pessoas com ideologia de esquerda. Segundo o advogado Thiago Viana, da Comissão da Diversidade Sexual da GAB/MA, que assina a representação ao lado da também advogada Renata dos Reis Cordeiro, o documento aponta três ilegalidades cometidas pelo estudante: incitação ao crime; injúria coletiva contra a comunidade LGBT e contra mulheres; e apologia à tortura e perseguição a pessoas com posicionamento ideológico..



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros		
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	4	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva () Negativa

Pedido ao MP que aluno da UFMA seja investigado

Os advogados militantes das causas feministas e contra a homofobia deram entrada ontem no Ministério Público (MP), no Calhau, com uma representação criminal contendo 10 páginas contra o estudante do curso de Química da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Marcos Leite Silveira Júnior, de 28 anos. Ele teria publicado em uma rede social, no último domingo, horas após a confirmação da vitória de Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente da República vários comentários de cunho homofóbico, incitando o início de uma "caça legal" a homossexuais, como ainda fez postagens exaltando o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar reconhecido pela Justiça como torturador durante o regime militar.

O advogado Thiago Viana declarou que essa representação solicita a equipe da Ouvidoria do Ministério Público que Marcos Leite seja investigado por incitação ao crime, apologia a tortura e injúria coletiva e possivelmente seja processado.

O advogado Rafael Silva, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, da Seccional do Maranhão, declarou que as postagens feitas pelo estudante da UFMA são consideradas como sendo de incitação à violência, passíveis de processo por parte das mulheres e de comunidades LGBT. "Há possibilidade de enquadramento penal, por exemplo, de incitação ao crime. Como também cabem ações no âmbito do direito civil. Dentro de uma ação de reparação por danos morais movidas, por exemplo, por uma organização LGBT, feminista ou de direitos humanos", disse o advogado. ■

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA 31 / 10 / 2018 PÁG. 3 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Governo confirma ação contra reajuste de 21,7% dos servidores estaduais

Em nota oficial, gestão confirma que entrou com ação por considerar o pagamento da adequação salarial "vantagens que não são cabíveis"

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Fotos/Divulgação

O governo Flávio Dino (PCdoB) confirmou, por meio de nota oficial, que age na Justiça para barrar o pagamento da adequação salarial de 21,7% a servidores estaduais.

Como já revelado na semana passada, o Executivo, via Procuradoria-Geral do Estado (PGE), ajuizou ação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) pedindo a rescisão do acórdão que garantiu aos servidores públicos o direito ao aumento. Na prática, se a adequação salarial cair, várias categorias terão redução nos vencimentos, já que o percentual já vem sendo recebido por várias categorias do funcionalismo público.

No comunicado emitido após a divulgação do caso, a gestão comunista nega "que será feita redução no salário de servidores públicos do Estado, conforme divulgado amplamente em blogs de notícias locais".

Mais adiante, contudo, confirma que está lutando para rescindir o acórdão do TJMA para derrubar o que considera "vantagens que não são cabíveis".

"O que há, de fato, é uma ação movida pelo órgão contra uma decisão que determinou a concessão de vantagens que não são cabíveis do ponto de vista jurídico, para além das limitações econômicas impostas pelo atual cenário nacional brasileiro", completa a nota oficial.

Também por meio de nota, o Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão (Sinpol-MA) ressaltou, há uma semana, que a ação promovida pelo Estado, "contém pedido de liminar para que sejam suspensos todos os Cumprimentos de Sentença com base em tal título judicial. Se vier a ser concedida a liminar, certamente os juizes de Direito não poderão conceder mais a liminar de implantação e, também, o Estado do Maranhão poderá retirar dos contratos os valores já implantados".

Revisão

O pagamento de 21,7% foi dado aos funcionários não alcançados pela Lei nº 8.369/2006, do governo José Reinaldo Tavares (PSDB), que dispõe so-



Flávio Dino aguarda julgamento de pedido de liminar para suspender o pagamento de 21,7% a servidores

MAIS

Governo vem perdendo do STF

Apesar das vitórias no TJMA, o Governo do Maranhão tem amargado derrotas quando o tema chega ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em julho de 2015, por exemplo, o ministro Celso de Mello já havia negado, em decisão monocrática, conhecimento a um agravo regimental interposto pelo Executivo e mantido sua decisão, proferida em dezembro de

2014, garantindo o reajuste de 21,7% aos servidores. Em 2014, ainda no governo Roseana Sarney (MDB), também já se havia tentado barrar o reajuste linear, por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 317. Mas o STF rejeitou o trâmite da ação em dezembro daquele ano. E segue mantendo esse mesmo entendimento.

bre a revisão geral anual dos servidores do Estado e que garantia 30% a mais nos salários dos servidores de nível superior, mas apenas 8,3% nos de nível médio.

A lei foi considerada inconstitucional pelo TJMA, que determinou, em ações isoladas protocoladas por sindicatos e trabalhadores, a implantação da diferença de 21,7% nos salários.

Esse era o entendimento pacífico da Corte, até que uma das Câmaras Cíveis começou a negar pedidos para implantação da diferença, o que

deu ao Estado a oportunidade de protocolar a ação em que pedira a uniformização das decisões.

A ação rescisória agora em discussão foi protocolada em 2017, mas estava sobrestada, aguardando o julgamento de um incidente de Resolução de Demanda Repetitiva (IRDR) que visava, justamente, a uniformizar o entendimento das Câmaras Cíveis Reunidas acerca do caso.

A tese do Governo do Estado, pela derubada das decisões foi a vencedora e, por isso, a rescisória voltou a tramitar.

Adriano Sarney discute pauta de servidores com sindicato

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) reuniu-se com Cleinaldo Bill Lopes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado do Maranhão (Sindsep), na Assembleia Legislativa, na manhã de ontem.

Eles conversaram sobre as causas dos servidores públicos estaduais pela valorização da categoria. "Apoio a luta dos servidores pelo reajuste de 21,7% que o governo comunista se nega a cumprir, mesmo diante de decisão judicial", declarou Adriano.

O parlamentar disse que em seu primeiro mandato apoiou as causas dos servidores públicos estaduais e que vai intensificar a defesa pelos direitos do funcionalismo.

"Lutei, na Assembleia, para preservar os direitos dos aposentados e pensionistas, contra a as ações orquestradas pelo governo atual, que praticamente quebrou o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) e vai ter problemas para pagar os benefícios no próximo ano", disse. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	12
() Gerada (X) Espontânea (X) Positiva () Negativa			

Ex-prefeito de Serrano do Maranhão é preso por desvio de dinheiro público

NELSON MELO

Já está preso o ex-prefeito de Serrano do Maranhão, Leocádio Olímpio Rodrigues, que tem contra si mandado de prisão por sentença condenatória referente a duas ações penais de desvio de dinheiro público, irregularidades em prestações de contas e fraudes em licitações. O político foi capturado no fim da tarde de segunda-feira (29), em Cururupu, na Baixada Maranhense.

Somando as duas penas, Leocádio possui 13 anos e quatro meses de prisão nas sentenças, sendo que o político deverá cumprir em regime fechado. Um dos processos judiciais foi transitado em julgado com condenação decretada em junho do ano passado. Nesse caso, o ex-prefeito respondia por divergência na contabilização da receita orçamentária no valor de R\$ 2.892.674,50 milhões, sem a



DIVULGAÇÃO

O ex-prefeito Leocádio Rodrigues possui sentença condenatória por duas ações penais de desvio de dinheiro público

comprovação de despesas em sua gestão. Leocádio era réu pela ausência de processo licitatório no que se refere à aquisição de combustíveis no valor de R\$ 510 mil, o que rendeu uma condenação de 6 anos e meio de reclusão. O ex-prefeito, segundo o Ministério Público, infringiu a Lei 8.666/98 (Lei de Licitações e Contratos). A investigação comprovou que o político realizou diversas contratações sem a realização das licitações, o que prejudicava empresas e beneficiava outras que deveriam participar do processo. A outra ação é de dezembro de 2016, sendo que Leocádio era acusado de ausência de processo licitatório para aquisição de medicamentos, materiais para hospital e combustível, na ordem de R\$ 444.143,70 mil. Nesse caso, ele foi condenado a 12 anos e meio de prisão, mas a sentença foi reduzida para 6 anos e dez meses, após recurso ajuizado pela defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros <u>Informe JP</u>	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	3 () Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Argumentação acatada

A prisão de Leocádio Rodrigues aconteceu na segunda-feira (29). O juiz acatou o argumento da polícia para o afastamento da vedação prevista no Código Eleitoral, que afirma que nenhuma autoridade poderá, desde 5 dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

Para o juiz, a prisão não teve relação com o pleito e não interferiu no livre exercício do sufrágio, até porque o preso não apresentava a condição de eleitor, por se encontrar com os direitos políticos suspensos, em decorrência de sentença criminal transitada em julgado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	2
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Problema de acessibilidade enfrentado por pessoas com deficiência é discutido

Entre os maiores desafios destacam-se obstáculos relacionados ao transporte público e à infraestrutura de vias e espaços públicos e privados

Problemas de acessibilidade são corriqueiros em São Luís, ainda mais para pessoas com deficiência. Para discutir o assunto e debater a importância de políticas públicas necessárias para garantir direitos essenciais para crianças e adolescentes com deficiências, assim como de suas famílias, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE - MA), o Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD), o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente e o projeto Superando Barreiras promoveram ontem (30) um seminário com o tema "A criança e o adolescente com deficiência: os desafios e as conquistas da inclusão na atualidade", realizada no auditório do Complexo de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão.

A rotina de pais e responsáveis de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência é intensa em São Luís, principalmente pelas dificuldades enfrentadas diariamente por problemas de acessibilidade. De acordo com Lívia Carvalho, coordenadora do CIAPD, entre os maiores desafios destacam-se obstáculos relacionados ao transporte público e à infraestrutura de vias e espaços públicos e privados, além das dificuldades de acesso às escolas e tratamentos médicos.

"São situações em transportes públicos que não estão com os elevadores funcionando, escolas que fazem matrículas, porém não dispõem de profissionais especializados, como tutores ou material pedagógico, com as adequações necessárias para o aluno com autismo, por exemplo. Em âmbito familiar, situações de negligência e apropriação de benefício. São diversas



Acessibilidade para pessoas com deficiências é difícil em São Luís

questões que devem ser corrigidas para garantir o direito de pessoas com deficiência", esclareceu Lívia Carvalho.

Nesse sentido, a DPE-MA tem oferecido apoio significativo para famílias, como a de Francisca Mendes. Com uma filha de 34 anos com paralisia cerebral, a dona de casa passou a viver outra realidade após o contato com o órgão. "Há cerca de três anos eu fui encaminhada à

DPE por uma instituição que ampara pessoas com deficiência e desde então temos recebido todo o apoio e tem sido ótimo. Sem esse apoio era muito difícil, eu ralava muito e não conseguia. Apesar das barreiras que ainda existem, hoje a minha filha tem acesso a benefícios que facilitam a vida dela", contou.

As ações da DPE contam com uma rede de parceiros atuantes na causa, possibilitando o atendi-

mento de cerca de 1.300 pessoas, entre deficientes e familiares, que recebem cuidados de assistentes sociais e psicólogos, além de serviços de assistência jurídica com o objetivo de proteger direitos individuais fundamentais da pessoa com deficiência. Entre as ações realizadas pelo órgão, o defensor público-geral do Estado do Maranhão, Alberto Pessoa Bastos, destacou as demandas em prol da garantia de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência.

"Quando são identificadas barreiras de acesso, em diversas situações, a defensoria pública busca um órgão gestor para tentar solu-

DPE tem oferecido apoio significativo para famílias

cionar administrativamente e, caso não consiga uma resposta positiva, há o ingresso com ações judiciais para tentar garantir esses direitos, além de ações civis públicas, quando atuamos de forma coletiva, sendo uma agente de propugnação de políticas públicas", destacou.

O seminário, realizado das 8h30 às 16h30, debateu outras dificuldades enfrentadas pelas famílias sobre direitos da pessoa com deficiência e apresentou, ainda, novas estratégias para tratamentos de saúde, entre eles, o uso do Canabidiol. ●

O QUE DIZ A LEI DE ACESSIBILIDADE

A Lei nº 10.098 foi criada para estabelecer normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. Ela determina, primordialmente, a remoção de barreiras e obstáculos em vias, espaços públicos e edificações.

A Lei de Acessibilidade define o termo como a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida".

A legislação considera como barreira qualquer obstáculo que impeça ou limite a movimentação em segurança das pessoas. Ela ainda classifica as barreiras em quatro categorias:

- arquitetônicas urbanísticas: existentes nos espaços públicos;
- arquitetônicas na edificação: encontradas dentro de edifícios, sejam eles públicos ou privados;
- arquitetônicas nos transportes: verificadas nos meios de transporte;
- nas comunicações: seriam os obstáculos que dificultam a troca de mensagens pelos meios de comunicação.

ADAPTANDO-SE À LEI DE ACESSIBILIDADE

Empreendedores também devem ficar atentos às regras de acessibilidade, pois elas valem também para empreendimentos de uso coletivo, como quaisquer atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços. Para ajudar empresas a se adequarem, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (Crea-SC), elaborou uma cartilha de dicas para as edificações comerciais. Confira:

- Todas as entradas devem ser acessíveis;
- Toda edificação e estabelecimento deve ter sanitários acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, possuindo 5% do total de cada peça (quando houver divisão por sexo), obedecendo ao mínimo de uma peça;
- É obrigatória a reserva de vagas em estacionamento de uso público para pessoas com deficiência próximas aos acessos de circulação de pedestres;

- O caminho entre o estacionamento e o acesso principal deve estar desbloqueado para portadores de deficiência.

A adequação a estas normas depende do tipo de estabelecimento. Lojas no térreo não podem estar localizadas em um nível acima da calçada ou devem contar com rampas. Centros comerciais de mais de um andar devem ter elevadores.

Sinalização
Também é essencial que as edificações e estabelecimentos contem com sinalização adequada, não só para indicar banheiros e vagas especiais de garagem, mas também para proteção, orientação e mobilidade, o que ajuda, especialmente, pessoas com deficiência visual. Para esses casos, é preciso instalar a sinalização tátil de piso, que consiste em: ser antiderrapante; ter textura contrastante em relação ao piso adjacente; ter cor contrastante para ser percebido por pessoas com baixa visão; atender às características de desenho, relevo e dimensões de acordo com a norma ABNT NBR 9050/04.

● **VIDEO NA VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	2
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

Escola inaugurada há menos de um ano tem obra inacabada

Unidade escolar funciona sem muros, às margens de rodovia estadual que corta o município de Brejo; obra é uma idealização do 'Escola Digna', programa do Governo do Maranhão

Inaugurado há quase um ano, no mês de novembro de 2017, o prédio que abriga o Centro de Ensino Francisco Macatrão, localizado na MA - 234, no município de Brejo, distante 320 km de São Luís, oferece o mínimo de segurança aos alunos. Eles reclamam da falta de muro e sinalização horizontal (faixa de pedestres) na frente da escola, problemas que põem em risco a integridade física deles. A eletricidade da escola também é alvo de reclamações.

"O muro serviria de segurança para nós, alunos. O medo maior que a gente tem é da entrada de estranhos, pessoas que, na maioria das vezes, poderiam entrar na escola para fazer maldade com a gente. Se o colégio fosse murado, com certeza não teríamos medo disso", frisou a aluna Wellida Sousa, 16. "À noite, até tem porteiro, mas os alunos vão embora na hora que quebrem", complementou Wenner de Carvalho, de 18 anos, apontando a falta de obediência, por parte dos alunos, ao horário das aulas, devido à falta de controle na entrada e saída, já que a escola não tem contenção.

Às margens da rodovia que dá acesso à cidade, alunos de ensino médio ficam à mercê do imprevisível, uma vez que durante o dia, o fluxo de veículos, em excesso de velocidade, é constante no vaivém



Escola foi entregue em novembro do ano passado, está funcionando, mas alunos e funcionários estão expostos

entre a pequena Brejo e os municípios vizinhos. "O local é muito movimentado [por veículos], eles deveriam ter pensado nisso antes de construir a escola ali. Muitos motoristas não respeitam os alunos, na pista. É necessário uma faixa para que eles [os motoristas] possam respeitar a gente, que é aluno", frisou a adolescente Kaylanne Costa, de 15 anos.

Mais problemas

À noite, turno em que a escola também funciona, um dos principais problemas é a queda de energia,

que afeta o pouco tempo de aula oferecido aos alunos. Ainda de acordo com o aluno Wenner de Carvalho, a energia do prédio é de-

Alunos ficam à mercê do imprevisível

ficiente por causa de uma ligação clandestina que fornece eletricidade ao local. "Já chegamos a ficar sem aula uma vez por falta de energia, assim que a escola começou a

funcionar nesse prédio novo. Agora, vez ou outra, ainda há queda de energia porque é ligada a uma gambiarrá, e a gente acaba tendo problemas com a aula", ressaltou.

A estrutura da escola é nova, mas já é possível perceber alguns pontos ruins pela falta de conservação, ou por obras mal-executadas, uma vez que a rampa que dá acesso ao interior do colégio já se encontra com rachaduras em toda a sua extensão e o piso, afundando.

O Estado também verificou tijolos e outros materiais, que deveriam ser utilizados para a conclu-

são da obra - imprescindíveis para a construção do muro -, espalhados pelo terreno, que também está cercado pela vegetação crescente. O colégio é mais uma idealização do "Escola Digna", um programa do Governo do Estado do Ma-

Colégio é mais uma idealização do 'Escola Digna'

ranhão.

Posicionamento do Governo

O Governo do Maranhão foi contatado e, por meio de nota da Secretaria de Estado da Educação

(Seduc), informou que o muro da escola está em construção, embora O Estado não tivesse verificado a presença de trabalhadores na obra durante a segunda-feira (29), quando visitou o local.

A Seduc ressaltou ainda que a rede elétrica do Centro de Ensino Francisco Macatrão está regular, ao ponto que foi instalado um transformador na escola para garantir a estabilidade na distribuição de energia no prédio.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) informou ter designado uma equipe para verificar a ausência de faixas de pedestres e sinalização, para que as pendências sejam solucionadas. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA 31 / 10 / 2018 PÁG. 3 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Em Brasília, Tema solicita que precatórios do Fundef e CAQi sejam discutidos com presidente da República

Em reunião do Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), realizada em Brasília e onde estiveram presentes todos os dirigentes de entidades municipalistas do Brasil, o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito Cleomar Tema, solicitou a inclusão dos precatórios do Fundef e do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) na pauta a ser apresentada ao presidente Michel Temer durante evento que acontecerá no dia 19 deste mês, na própria capital federal.

“Os municípios não têm conseguido pagar os custos da educação somente com os recursos do Fundeb, sendo que todo o recurso disponibilizado praticamente só paga a folha de professores. Temos que tomar uma medida rápida para socorrer as cidades e a mais viável e que não tem mais o que se discutir é o pagamento dos precatórios do Fundef e o Custo Aluno Qualidade, que deveria ter sido implantado desde a aprovação da Lei em agosto de 2016”, argumentou Tema.

Para o presidente da Famem, os municípios são os menos beneficiados com o atual pacto federativo e as responsabilidades só crescem com a criação de



Cleomar Tema, presidente da Famem, participa de encontro da Confederação Nacional dos Municípios

programas governamentais que são subfinanciados, sobrecarregando as prefeituras. “Se fossem os municípios que estivessem devendo a União, já estariam com os seus recursos bloqueados para o pagamento da dívida, mas como é o inverso, temos que estar nos humilhando para que nos paguem o que é devido”, disse.

Além deste encaminhamento, o Conselho Político pedirá a votação, ainda este ano, do acréscimo de mais 1% do FPM,

a ser pago no mês de setembro de cada ano; alteração da Lei de Licitações; royalties do petróleo; e votação da Reforma Tributária. “A previsão é que no dia 19 façamos uma reunião com o Executivo para tratar de assuntos que ainda podem avançar neste governo. É no dia 20 pela manhã nossa pauta será no Judiciário para buscar, junto ao presidente do STF [Supremo Tribunal Federal] e Congresso Nacional, a análise dos royalties do petróleo”, explicou Glademir Aroldi, presidente da

CNM. Já para a equipe de transição do presidente recém-eleito, Jair Bolsonaro, que vem mantendo um estreito relacionamento com a Confederação, a entidade solicitará soluções para as obras inacabadas; problemas trazidos às finanças municipais com os programas federais; discussão sobre o novo financiamento da educação, visto que o Fundeb se encerrará em 2020; entre outras que serão apresentadas no dia do evento.

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	CAPA
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	↓ () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

72 pessoas morreram no trânsito na Ilha

Foram 47 mortes em acidente de trânsito na capital; abril foi o mês com o maior número de mortes, somando 11. CIDADES 1



103

MORTES
relacionadas ao trânsito na
Grande São Luís em 2017

75

MORRERAM
em acidentes de trânsito só
na capital em 2017

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	
<input type="checkbox"/> Geral		<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	
Outros			
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	4
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

STF nega habeas corpus a culpado pela morte do delegado Stênio

Máximo Moura foi preso na capital paraense e condenado a mais de 29 anos por esse assassinato; crime ocorreu no dia 25 de maio de 1997

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido de habeas corpus (HC) de número 161.822, em que a defesa de Máximo Moura Lima pedia a suspensão da pena antes do trânsito em julgado. Máximo Moura foi condenado a 29 anos e 9 meses de cadeia pela participação do assassinato do delegado da Polícia Civil, Stênio José Mendonça, que ocorreu no dia 25 de maio de 1997, na Avenida Litorânea.

O indeferimento do habeas corpus foi assinado pela ministra Cármen Lúcia, na última segunda-feira, em Brasília. A magistrada não verificou plausibilidade jurídica nos argumentos apresentados pela defesa para a concessão da liminar. A prisão determinada, segundo a ministra, harmoniza-se com o entendimento firmado pelo STF no julgamento do HC 126.292, das Medidas Cautelares nas Ações Diretas de Constitucionalidade (ADCs) 43 e 44 e do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 964.246, no sentido de que a execução provisória de acordo penal condenatório proferido em julgamento de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.

Cármen Lúcia lembrou que a apelação da defesa no Tribunal de Justiça se esgotou, por isso o juízo de origem determinou o cumprimento da pena. No entanto, entendeu que é necessário o prosseguimento do HC para análise da questão de forma mais detida, com a complementação da instrução do pedido pelos esclarecimentos do Tribunal do Júri de São Luís e do Tribunal de Justiça e pe-



Máximo Moura teve pedido de habeas corpus negado em Brasília

ENTENDA O CASO

Crime na Avenida Litorânea

O delegado Stênio Mendonça foi executado com vários tiros, na Avenida Litorânea, e o crime foi motivado devido a uma investigação a roubo a carga no estado por uma organização criminosa. O Ministério Público denunciou Máximo Moura de ter ajudado na fuga dos executores desse assassinato. Máximo Moura foi condenado pelo Tribunal do Júri de São Luís à pena de 29 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e decretada a prisão preventiva para a aplicação da lei penal. O Tribunal de Justiça negou recurso da defesa contra a condenação. No STF, a defesa alegou que, não obstante o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela possibilidade (e não pela obrigatoriedade) do imediato cumprimento da pena após a confirmação da sentença penal condenatória pelo juízo de 2º grau, esse novo entendimento tem merecido a resistência de vários ministros, que consideram inconstitucional o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O criminoso foi preso na capital paraense, no dia 20 de junho deste ano durante uma incursão da equipe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais e, logo após, encaminhado para o



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros			
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	4
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Duas pessoas executadas em menos de 12 horas no MA

Um dos casos ocorreu no município de Pedreiras, onde a vítima foi alvejada com 13 tiros; o outro assassinato foi na cidade de Lago da Pedra; segundo a polícia, há a possibilidade desses crimes terem ligação com pistolagem

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Duas pessoas foram executadas na região do Médio Mearim, em menos de 12 horas. Segundo a polícia, esses assassinatos podem ter ligação com pistolagem, e uma das vítimas foi identificada como Rosileide Granjeiro Souza, a Lêda, de 33 anos. Ela foi alvejada com mais de 13 tiros na porta de sua residência, localizada no bairro Novo Seringal, no município de Pedreiras, na manhã de ontem.

O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia Regional de Pedreiras, coordenado pelo delegado Diego Maciel. O investigador da Polícia Civil, Arilton, lotado nessa delegacia, declarou que ainda na manhã de ontem (30) policiais civis e militares realizaram incursões na localidade com o objetivo de prender os dois acusados desse crime, mas não haviam ainda obtido sucesso.

Ele também informou que imagens das câmeras das residências, localizadas no bairro Novo Seringal, foram recolhidas e serão analisadas com o objetivo de identificar os acusados. "A polícia está trabalhando com o propósito de desvendarmos imediatamente esse assassinato e há a possibilidade de ter ligação com crime de pistolagem", disse o policial civil.



Rosileide Granjeiro Souza, a Lêda, de 33 anos, executada quando saía para levar a filha à escola

Ação criminosa

Ainda segundo Arilton, a vítima, ao retirar a motocicleta de sua residência para levar a filha, menor de idade, à escola, acabou sendo abordada pelos criminosos. Rosileide Souza levou vários tiros, que atingiram o braço e o tórax. Após a empreitada cri-

minosa, os suspeitos fugiram em uma motocicleta, de marca e placa não identificadas.

Os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ainda foram acionados, mas quando chegaram a vítima estava sem vida. O corpo foi removido para o Hos-

pital Geral de Pedreiras para ser periciado, e o resultado vai ser encaminhado para a Polícia Civil.

Vizinhos ainda chegaram a ouvir o barulho dos tiros, mas não saíram de casa devido a terem ficado com receio de também serem baleados ou mortos. As cápsulas de bala fica-

Divulgação

SAIBA MAIS

Corpo no Tocantins

Os integrantes do Corpo de Bombeiros Militar resgataram ontem o corpo de um homem, identificado apenas como Breno, do rio Tocantins, em Imperatriz. O corpo apresentava marcas de tiros e foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) daquela cidade para ser periciado. O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP).

NÚMERO

2
pessoas executadas em menos de 12 horas no Médio Mearim

ram espalhadas pela rua do bairro e havia marcas de tiros na parede da residência da vítima.

A polícia informou que Lêda era esposa do açougueiro Taumaturgo, que foi assassinado no dia 8 de abril de 2014, na localidade Santinha, nessa cidade. Ele estava conduzindo uma motocicleta quando foi morto a tiros pelos criminosos.

Mais execução

O ex-presidiário Reinaldo Vieira Rodrigues, o *Negão*, de 44 anos, foi executado no decorrer da noite da última segunda-feira (29) na porta da re-

sidência dos seus pais, no bairro Cajucui, em Lago da Pedra. A polícia informou que ele estava em companhia de outras pessoas, não identificadas, quando foi abordado por dois homens em uma motocicleta, de marca e placa não identificadas.

Negão foi alvejado com mais de 10 tiros e, de acordo com a polícia, cinco atingiram a cabeça. Ele morreu no local, enquanto os suspeitos fugiram na motocicleta e, na saída da cidade, entraram em um outro veículo, de marca e placa não identificadas.

Ainda segundo a polícia, Reinaldo Vieira era acusado de ter assaltado em companhia de outros criminosos o Banco do Brasil da cidade de Lago da Pedra, ocorrido no dia 1º de novembro de 2012, quando levaram quantia não revelada. O caso está sendo investigado pela equipe da delegacia daquele município, sob coordenação do delegado Marcelo Lopes, e pode ter ligação com crime de pistolagem. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros				
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	↓	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

72 pessoas morreram em acidentes de trânsito na Ilha, 47 na capital

Até setembro, já haviam sido registrados 69,9% do total de mortes ocorridas do ano passado; estado é um dos que mais recebe indenização por morte, com 13,68% no quadro geral, estando em quarto lugar no ranking do Nordeste

De janeiro a setembro deste ano, 72 pessoas morreram em acidentes de trânsito na Grande São Luís. É o que apontam dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA). Também de acordo com dados disponibilizados pela SSP, em 2017 foram registradas 103 mortes relacionadas ao trânsito na Região Metropolitana de São Luís, sendo 75 somente na Ilha. No contexto atual, 47 dos 72 casos registrados até setembro deste ano ocorreram na capital. Abril foi o mês com o maior número de mortes por acidente de trânsito, 11.

Dados dos últimos nove meses divulgados pela SSP colocam o estado do Maranhão na 4ª posição do ranking dos estados da região Nordeste com o maior número de indenizações por morte no trânsito pagas pela Seguradora Líder, responsável pela gestão do seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), com 1.264 mortes de



ACIDENTE com vítima fatal na Av. dos Africanos, em junho deste ano

janeiro a setembro, quase 5,5% maior que no mesmo período de 2017, quando foram registrados 1.199 casos. Isto é, 13,68% do total

da região, ocorreram no Maranhão. Segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, os acidentes de trânsito no trabalho

destacam, vitimando, principalmente, motociclistas. Entre os anos de 2007 e 2016, foram registradas 488 mortes de trabalhado-

res no trânsito. Dessas, 117 foram de motociclistas. Na Grande São Luís, as vítimas de acidente de trânsito acabam se envolvendo, principalmente, em colisão e atropelamento, e o excesso de velocidade é um ponto importante que pressupõe grande quantidade dessas mortes.

Nível nacional

Considerando todas as cidades do Brasil, não apenas as capitais, foram registradas 37.345 mortes de trânsito em 2016, o último ano com dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. O número é 14,8% menor do que o registrado, por exemplo, em 2014, quando ocorreram 43.870 óbitos no trânsito brasileiro. A meta do país, em 2020, é não ultrapassar o número de 19 mil vítimas fatais por ano.

Indenizações pagas no Brasil

Os casos de morte registraram redução de 7% em relação ao mes-

mo período de 2017 e sua participação foi menor na quantidade de indenizações pagas em relação às demais coberturas. No caso de acidentes fatais, de janeiro a setembro de 2018, foram solicitadas 35.216 indenizações, das quais 28.797 foram pagas, o que resulta em 82% de indenizações pagas do volume de indenizações solicitadas. Já de janeiro a setembro de 2017, para o mesmo tipo de acidente a porcentagem de indenizações pagas foi de 80%.

Vítimas fatais no Nordeste

A redução da quantidade de vítimas fatais foi registrada em três regiões: Centro-Oeste (-13,6%), Sudeste (-31,6%) e Sul (-13,6%), enquanto houve aumento no Norte (+16%) e no Nordeste (+6,3%). Entre 2008 e 2017, o indicador saiu de 3.927 para 3.390 mortes no Centro-Oeste; de 15.189 para 10.378 no Sudeste; de 7.157 para 5.816 no Sul; de 2.718 para 3.159 no Norte e de 9.282 para 9.872 no Nordeste. ●

PRINCIPAIS CAUSAS DE ACIDENTES

1. Excesso de velocidade: Os condutores acabam acelerando além do limite na via, com a pressa causada pela rotina diária.
2. Esquecer o cinto de segurança: Apesar do uso obrigatório, muitos negligenciam seu uso principalmente nos bancos traseiros.
3. Uma mão no volante: Apesar de parecer inofensivo, ao dirigir com apenas uma das mãos qualquer descuido pode levar à perda do controle do veículo.
4. Mudança repentina de faixa e pouca distância de veículos: Na pressa, motoristas podem mudar de faixa ou fazer manobras muito bruscas sem pensar em quem segue atrás, como também quem está à frente. É importante manter sempre uma distância segura de outros veículos na via. Dirigir sempre com calma, calculando possíveis imprevistos e assim prevenir colisões e acidentes.
5. Excesso de Cargas: Veículo pesado demais? Também não pode! O caminhão tem que estar dentro do especificado, para que seu desempenho não fique abaixo do esperado. Além de ser ilegal, pode também piorar as condições das estradas, principalmente em trechos mais precários.
6. Descumprimento da Lei dos Caminhoneiros: Em abril de 2012, foi instaurada a lei que regulamentou a profissão de motorista e, em 2015, ela foi atualizada. Cumprir as regras que falam de repouso semanal, jornada de trabalho, intervalos obrigatórios, entre outras situações defendidas na legislação, são fundamentais para guiar bem pelas rodovias.
7. Uso do celular: Atender, falar ou digitar ao telefone celular no veículo, mesmo utilizando o viva voz, reduz a concentração do condutor.
8. Consumir bebidas alcoólicas: Além de ser proibido, o consumo de álcool diminui a percepção do perigo, retarda os reflexos, provoca sonolência e coloca em risco a vida do condutor e de outras pessoas no trânsito.
9. Não observar a via: Dirigir sem prestar atenção nas características da estrada, como curvas, número de faixas, tipos de pavimentação e lombadas, pode levar a acidentes.
10. Falta de revisão do veículo: Problemas como pneus gastos, freios em más condições, folga de direção e suspensão empennada podem se tornar muito perigosos em condições encontradas na estrada. É importante sempre manter o veículo revisado.

CARROÇA NO TRÂNSITO



Em São Luís, é comum encontrar carroças no meio do trânsito. Em alguns casos, elas terminam sendo as principais responsáveis por alguns congestionamentos. O que muitos não sabem é que desde 2010 há uma lei municipal que dispõe sobre circulação deste tipo de veículo de tração animal nas principais vias e pontes de São Luís. No entanto, a fiscalização nunca foi colocada em prática. Conforme a lei, fica proibida, em qualquer horário, no município de São Luís, a circulação de veículos de tração animal com a utilização ou não de cargas nas pontes José Sarney, Bandeira Tribuzi e Newton Bello; nas avenidas Marechal Castelo Branco, Belair-Mar, José Sarney, Holandeses, Franceses, Carlos Cunha, São Luís Rei de França, Getúlio Vargas, João Pessoa/São Marçal, Guajajaras, Litorânea, Portugueses e Africanos; Venâncio Brás e da Camba; no centro da cidade, na área delimitada pelas vias da Beira-Mar, José Sarney, junção da Vitorino Freire com a Guaxenduba e da Guaxenduba com Cajazeiras, e nos elevados Do Café, Alcione Nazareth, João do Vale e elevados da Cohama e da Cohab.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	A
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

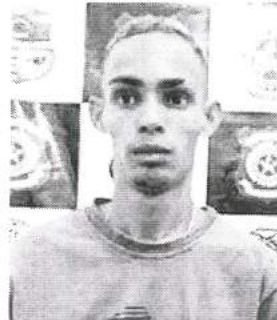
Suspeito de matar a ex-namorada tem audiência no interior

Defesa do acusado tem até o próximo dia 8 para apresentar alegações finais ao Poder Judiciário

A defesa do suspeito Gabriel Weverton Fontes da Silva, o *Zé Maguin*, de 22 anos, tem até o próximo dia 8 para apresentar as alegações finais por escrito ao Poder Judiciário e, logo após, vai ser marcada a data do julgamento. Segundo a polícia, Gabriel Fontes é acusado de ter assassinado e enterrado a ex-namorada, um adolescente, de 16 anos, no mês de junho deste ano, no bairro Bacuri, na cidade de Imperatriz.

Na última segunda-feira, ocorreu a audiência de instrução, no Fórum Henrique de La Rocque Almeida, em Imperatriz, em que foram ouvidos o acusado e as testemunhas de defesa e acusação pelo Poder Judiciário. Em seguida, a defesa e acusação tem o prazo de dez dias para se manifestar sobre o caso.

Esse crime foi investigado pela equipe da Delegacia de Homicídio e Proteção a Pessoas (DHPP) e consi-



Gabriel Weverton, o *Zé Maguin*, acusado de matar ex-namorada

derado como feminicídio. O delegado Praxisteles Martins informou que o corpo da vítima foi encontrado em uma cova rasa, no Bacuri, como várias marcas de arma branca. "Gabriel cometeu esse crime devido ao término do relacionamento com a vítima", explicou o delegado. ●

Peixeiro preso por morte em Ribamar

Crime ocorreu no Porto do Barbosa, e o acusado foi condenado a 19 anos de prisão

A polícia prendeu ontem em cumprimento de ordem judicial o peixeiro Willian Oliveira Araújo, o *Pé de Pano*, pelo crime de homicídio qualificado, em São José de Ribamar. Segundo a polícia, ele foi condenado a 16 anos pelo assassinato de um homem, identificado como *Luisinho*, em 2009, no Porto do Barbosa, nessa cidade.

Ainda segundo a polícia, a motivação desse crime foi devido à vítima não ter repassado o dinheiro da venda do peixe e acabou sendo golpeado

no início, onde prestou esclarecimentos e, logo após, encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Outra prisão

Em Paço do Lumiar, foi preso ontem em flagrante Lailton Batista Alves de Sousa, acusado de furto mediante fraude de veículo. A polícia também apreendeu um veículo Ônix branco, de placas PSL 0199, um aparelho de som, um revólver calibre 38 muniado, maconha e crack. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	5
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

FEMINICÍDIO

Mulher é morta com treze tiros



LEDA FOI VÍTIMA DE UMA EMBOSCADA

DOUGLAS CUNHA

Uma mulher, de 33 anos, foi executada com mais de dez tiros nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (30), na porta de sua casa, na Rua Vicente Benigno, Bairro Novo Seringal, em Pedreiras. Consta que o crime aconteceu por volta das 6h30, no momento em que a vítima retirava a motocicleta da garagem para levar uma filha para escola. Dois homens que ocupavam uma motocicleta se aproximaram e um deles disparou cerca de 13 tiros contra Rosileide Granjeiro Souza, conhecida como "Leda", que atingiram o braço e a região torácica. O corpo foi levado para o Hospital Geral de Pedreiras. Leda era companheira do açougueiro Taumaturgo, assassinado no dia 8 de abril de 2014. Na ocasião, ela estava na garupa da motocicleta conduzida por Taumaturgo, trafegando na região da Santinha, na zona rural de Pedreiras, quando o marido foi alvejado com vários tiros. As polícias Civil e Militar estiveram no local do assassinato e no hospital realizando os levantamentos preliminares visando identificar os autores do assassinato de Leda. As investigações estão sob a responsabilidade da 14ª Delegacia Regional de Pedreiras.

ESTUPIDEZ – Ainda repercute no município de Bequimão o crime praticado pelo açougueiro José Raimundo Rodrigues Aguiar – o "Cabeludo", que matou e degolou a própria filha de apenas 3 anos. A tragédia aconteceu no povoado Benfica. Após o crime, ele botou a cabeça da criança na garupa da motocicleta e deu voltas no campo de futebol. Cabeludo subiu em uma árvore e tentou suicidar-se, cortando o pescoço, mas o corte foi superficial. Ele foi preso, mas por segurança foi transferido para Pinheiro e autuado. O crime se deu após uma briga entre o casal.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	31 / 10 / 2018	PÁG.	7
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa			

ESTUPRO



A Polícia Militar (PM) informou que um idoso de 63 anos foi assassinado a golpes de faca, no início da madrugada de ontem (30), no Bairro Codó Novo. A vítima foi identificada como César Costa Moreira e respondia na justiça por uma acusação de estupro de vulnerável ocorrida há 4 anos. Segundo da PM, o crime aconteceu em um bar que fica localizado na rua Nova Olinda, a cerca de 300 metros da casa da vítima. Testemunhas afirmaram que o idoso foi atingido por pelo menos quatro golpes de faca. A Polícia Civil foi acionada e está investigando o rumoroso caso.

MULHER ASSASSINADA



A Polícia Militar (PM) informou que uma mulher, de 33 anos, morreu no começo da manhã de ontem (30), depois de ser baleada por vários tiros na Rua Vicente Benigno, Bairro Novo Seringal, na cidade Pedreiras, localizada na região do Médio Mearim. Segundo da Polícia Militar, a vítima foi identificada como Rosileide Granjeiro Souza, mais conhecida pelo apelido de "Lêda". O corpo dela foi levado para o Hospital Geral de Pedreiras, onde deu entrada às 6h50, já sem vida. O sepultamento deve ocorrer amanhã. De acordo testemunhas, o crime acontece às 6h30m, no momento em que a vítima retirava a moto para levar a filha para escola. Dois homens em uma motocicleta se aproximaram e um deles disparou 13 tiros contra a mulher. As balas atingiram o braço e a região torácica. Os policiais apuraram que a vítima "Lêda" era companheira do açougueiro Taumaturgo, que foi assassinado no dia 8 de abril de 2014. Ela estava na garupa da motocicleta trafegando na região da Santinha em Pedreiras, quando o marido foi alvejado com tiros.